



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

CV - 917/12

CONVÊNIO que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARÍLIA** e a **ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - "PROJETO VIDA NOVA"**, objetivando a concessão de subvenção mensal, destinada a despesas de custeio da entidade - Lei Municipal n.º 7.203/10.

O **MUNICÍPIO DE MARÍLIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob o n.º 44.477.909/0001-00, com sede na Prefeitura Municipal, situado na Rua Bahia, n.º 40, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO e a **ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - "PROJETO VIDA NOVA"**, associação privada, sediada nesta cidade, no Bairro Florida, s/n.º, Distrito de Dirceu, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.965.567/0001-65, representada por DELMA IRIDE PIERETTI ITALIANO, presidente da entidade, portadora do RG n.º 2.254.801 e do CPF n.º 038.502.238-76, doravante designado simplesmente ENTIDADE, celebram o presente **Convênio**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais n.º 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98 e **Leis Municipais n.º 1.746 de 28 de setembro de 1970 e 7.203 de 04 de novembro de 2010** e em conformidade com o **Protocolo n.º 17.538/09**, mediante às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto do presente Convênio a concessão, pelo Município, de subvenção mensal no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a Entidade, para pagamento das despesas de custeio da entidade.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Transferir à **ENTIDADE** os recursos financeiros consignados na Cláusula Primeira do presente **Convênio**.

II - Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **ENTIDADE** em decorrência deste **Convênio**;

III - Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à **ENTIDADE**;

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** nas despesas previstas na Cláusula Primeira.

II - Apresentar, mensalmente, ao **MUNICÍPIO**, o relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos.

III - Prestar contas ao **MUNICÍPIO** nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior e, se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do **MUNICÍPIO**.

IV - Autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados, bem como da parceria celebrada com o **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR

O *valor mensal* a ser repassado à entidade, previsto na Lei Municipal n.º 7.203 de 04 de novembro de 2011, é de **RS 2.000,00 (dois mil reais)**, cuja despesa correrá à conta de recursos do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA: DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente Convênio ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SEXTA:

DA RESTITUIÇÃO

A **ENTIDADE** compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, atualizados pelo índice da caderneta de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a) inexecução do objeto deste **Convênio**;
- b) não apresentação do relatório de atividades previsto na cláusula terceira;
- c) utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa das estabelecidas neste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA:

DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura até o dia 30 de setembro de 2017.

CLÁUSULA OITAVA:

DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Este Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia e escrita de 30 (trinta) dias, ressalvada a rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada partícipe pelas obrigações assumidas até a data do rompimento da parceria.

CLÁUSULA NONA:

DAS ALTERAÇÕES

Este convênio poderá ser aditado, desde que no interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA:

DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do Município, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

I - espécie, número do instrumento, nome e CNPJ/CPF dos partícipes e dos signatários;

II - resumo do objeto;

III- crédito pelo qual correrá a despesa e número, data e valor da nota de empenho;



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

IV – data da assinatura e vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

DO FORO

Para dirimir questões oriundas deste Convênio, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro o foro desta cidade e Comarca de Marília, Estado de São Paulo.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Convênio, perante duas testemunhas.

Marília, 1º de outubro de 2012.

Pelo Município:



JOSE TICIANO DIAS TOFFOLI
Prefeito Municipal


Pela Entidade:


DELMA IRIDE PIERETTI ITALIANO
Presidente

Testemunhas:

1. 
Nome: **Valdir Viana dos Santos**
RG: **QAB/SP 155.292**

2. 
Nome: **Monica Duarte da Silva**
RG: **Divisão de Contratos**

REGISTRADO sob nº	CV-917/12
Marília, _____	01 / 10 / 2012
	
Thais Santos Yokoyama Auxiliar de Escrita	

D



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Órgão: Prefeitura Municipal de Marília.
Contrato n.º: CV - 917/12
Objeto: Concessão de subvenção mensal subvenção mensal, para pagamento das despesas de custeio – Lei Municipal n.º 7.203/10.
Conveniente: MUNICÍPIO DE MARÍLIA.
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – “PROJETO VIDA NOVA

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, damos-nos por CIENTES do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Declaramo-nos ainda cientes de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Marília, 1º de outubro de 2012.

Pelo Município:


JOSE TICIANO DIAS TOFFOLI
Prefeito Municipal

Pela Entidade:


DELMA IRIDE PIERETTI ITALIANO
Presidente